

1ª quinzena de outubro de 1998

AD VERSO

Jornal da Adufgrs

nº 35

O governo federal
é pródigo em maquiar números.
Recentemente, causou polêmica ao
modificar o cálculo do déficit
interno. Agora, o governo não
aceita vozes dissonantes na
cantata do desemprego. Mas as
taxas oficiais sobre o mercado de
trabalho são baseadas em
metodologia incompleta, o que
resulta em índices irreais. Quem
afirma é Sérgio Mendonça, diretor
técnico do Dieese

Página 12

Fabricia Osanai



Palavras de campanha

Depois de analisar os programas de governo dos três principais candidatos ao Palácio do Planalto e de outros três concorrentes ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, o **Adverso** publica um guia para o eleitor tomar conhecimento de algumas propostas antes de votar ou para cobrar mais tarde.

Páginas 4 a 9



Semiologia

Professor da UFPb identifica uma crise de sentido na cultura brasileira e associa o bigode de Olívio Dutra aos atributos de Carla Perez

Pág. 3

Positivismo

Leia a segunda parte da reflexão crítica sobre a teoria de Augusto Comte e de sua herança para o pensamento social

Pág. 10



Gilmar Fraga

Homenagem

A Adufrgs registra, nesta edição do *Adverso*, a sua homenagem ao professor Raul Dorfmann, falecido no último dia 4. O professor Raul esteve na origem da Associação, sendo um de seus fundadores e participantes mais ativos. Este jornal também rende sua homenagem ao professor Raul, cronista talentoso, que ajudou a criar a revista *Adverso* e participou, até o último número, de seu Conselho Editorial.

**Desinteresse na urnas**

O percentual de eleitores que se abstiveram de votar, anularam o voto ou votaram em branco praticamente dobrou entre a eleição de 89 e a de 94. Foi um salto, entre um pleito e outro, de 17,60% para 33,39%. Para 98, há a sensação de que grande parcela da população acompanha o processo eleitoral com certa frieza ou indiferença. Há quem credite o fato à inexistência de debates entre os candidatos – que só se dão a conhecer através de peças produzidas pelos gurus marqueteiros – que despolitizariam o pleito deste ano. Diante do fosso de desigualdades sociais e regionais, a aparente indiferença diante da política inspira apreensão, na medida em que pode representar o desinteresse do povo brasileiro em resolver seus conflitos pela via democrática, exercendo sua cidadania. Se forem repetidos os índices de abstenção, voto em branco e nulos, teremos neste pleito cerca de 35 milhões de brasileiros desinteressados aos resultados das urnas.

Conad Extraordinário

O IV Conad (Conselho de Associações Docentes) foi realizado nos dias 11 a 14 de setembro, em São Paulo, com cerca de 200 participantes. Após muito debate, foi aprovado, por 30 votos contra 29, uma crítica “por grave erro” à atual Diretoria da Andes por seu comportamento nos momentos finais da greve deste ano. Foi aprovada ainda a permanência da Andes na Comissão de Avaliação proposta pelo MEC e rejeitada a proposta de indicação de apoio da entidade à candidatura Lula/Brizola.

Ambiente de trabalho

A Adufrgs convida os professores da Ufrgs a participarem da implantação das Comissões de Saúde e Ambiente de Trabalho (Cosat) em suas unidades. As Comissões foram criadas em maio do ano passado através de portaria da reitora Wrana Panizzi. Maiores informações sobre o assunto podem ser obtidas na Adufrgs com a professora Marilene Schmarczek.

Corrupção no Brasil

O Brasil ocupa o 46º lugar no ranking internacional de países com mais corrupção, segundo relatório da Transparency International (TI), divulgado no dia 22/9. O Chile obteve a melhor classificação entre os latino-americanos: ficou em 20º lugar, acima de países ricos como França e Japão. Os cinco países menos corruptos são: Dinamarca (pela terceira vez consecutiva), Finlândia, Suécia, Nova Zelândia e Islândia. A TI define corrupção como “abuso de cargo público em benefício privado” e configura tal irregularidade como o recebimento de subornos, comissões “por fora” em licitações, além do desvio de fundos públicos. Em 1999, a TI pretende apresentar um informe sobre o outro lado da corrupção: será preparado o “Índice de Subornos”, com os nomes de países e empresas que corrompem outros governos. Nessa lista, antecipou a TI, deverão constar basicamente países e firmas dos países mais ricos.

O Conad Extraordinário e as eleições todas

O movimento docente, em escala nacional, passou neste mês de setembro por um de seus momentos mais tensos dos últimos anos. O IV Conad Extraordinário, convocado pela Direção da Andes, sob demanda de muitas Associações de Docentes das Ifes, foi a culminância de processos de discussão e embates internos no movimento, iniciados durante a última greve, antes mesmo das eleições para a Andes.

Mais do que nunca, torna-se clara a clivagem entre duas tendências ou filosofias de trabalho e a ação sindical: uma, inspirada em concepção estratégica de embate de forças contra o governo, no qual nosso Sindicato é, conceitualmente, igual a outras entidades de oposição, com o diferencial de ser, ou querer ser, vanguarda; outra, mais voltada para a potencialização das peculiaridades que tornam a Universidade Pública brasileira uma componente fundamental da nacionalidade, em especial sua capacidade de gerar conhecimento, debate social e, obviamente, formar novas gerações.

A condução da greve mostrou, em última análise, como estas concepções geram, na prática diária e na negociação, resultados diferentes. E as reações ao desfecho da greve evidenciaram um fator ainda pouco discutido naquilo que pensamos ser a democracia interna do movimento: até que ponto os sindicatos refletem o pensamento dos associados, incluindo a maioria que pouco participa? Esta questão da representatividade é, obviamente, crucial para a democracia a qualquer nível, geralmente sendo medida a partir de índices de participação e de recondução aos cargos eletivos. Em sindicatos, em qualquer parte do mundo, a ação quotidiana é responsabilidade de muito poucos, só havendo participação (relativamente) maciça nas épocas de crise. Mas há ainda

outro ponto importante: a participação na vida sindical, e na consequente definição de políticas, não é só questão de querer; também é questão de poder, aí entrando a possibilidade ou a prioridade de cada docente na sua divisão de tempo.

A Universidade Pública é lugar de excelência, conquistada a custo de muito esforço, o que demanda tempo e dedicação exclusiva. Justamente essa excelência é que tem sido uma das grandes bandeiras na defesa do atual sistema das Ifes. Como demandar a cada professor que, além de sua enorme carga de ensino, pesquisa, extensão e administração, ainda participe das reuniões sindicais? Reside nisto o perigo de haver um viés, na ação sindical, manifestado através da maior representatividade dos que, por uma razão ou outra, podem ou escolhem dedicar mais tempo à ação sindical, forçosamente em prejuízo do engajamento às outras atividades já mencionadas. Está claro que a média das pessoas não tem a capacidade de ser excelente em tudo o que faz, não importa o quanto ou o quanto diverso seja. A dedicação preferencial à ação sindical leva, em geral, a um distanciamento da vida universitária e das bases docentes.

Esta percepção foi e é a da atual Presidência da Andes, oriunda de nossa AD e da atual Diretoria da Adufrgs. Foi a percepção que lançou a atual valorização da excelência universitária como geradora de idéias e debates, como um dos fatores que recolocarão a Andes no cenário nacional.

Sustentar excelência acadêmica e, ao mesmo tempo, ter militância, é um desafio pessoal constante, vivido pelos que participam da atual Diretoria, não sem sacrifícios. Também é um desafio aos que, em novembro próximo, assumiram os destinos de nossa seção sindical.

Valdir José Morigi / Professor da Universidade Federal da Paraíba

Do bigode do Olívio ao

Muito além da crise econômica, estamos atravessando uma crise que parece ser mais grave e absorvente: a "crise de sentido". Esta percorre as esferas mais íntimas das nossas relações interpessoais. Assim, a amizade, a paixão, o amor e os laços advindos destes sentimentos e outros deles derivados estão completamente transformados em nossa sociedade. Se eles não estivessem passado por uma ruptura tão brusca, talvez não tivéssemos vivendo essa crise econômica.

Estamos vivendo uma época em que os projetos amorosos e da paixão, como utopias, foram quase que completamente extirpados de nosso imaginário e de nossas vidas. Se já não foram totalmente banidos e sepultados, estão em estado de parálisia. Perdemos a magia do encontro, do beijo, da "primeira vez" ou já esquecemos de lembrá-los? Esses projetos foram substituídos pelas suas formas tradicionais e conservadoras de amor com aparência liberal e moderna. O que ocorreu, na verdade, foi uma banalização das trocas afetivas e da intimidade. Qual o significado de um beijo, de uma carícia, hoje? Vemos tantas vezes e a todo instante na tela da televisão corpos que se alisam e se acariciam, se abraçam e se beijam que não nos chama mais atenção. Todos os domingos nos mostram pela televisão o concurso de garotas do *É o Tchan*. Cada uma quer rebolar melhor que a outra, tentando imitar o balanço do bumbum da Carla Perez. O beijo passou a ser uma imagem no vazio em um universo de significações. Nesta sociedade, o sentimento, o amor, o prazer e a satisfação dos desejos (sempre imediatos) obedecem à mesma lógica do consumo de qualquer outro objeto disponível no mercado.

Há, ainda, outras possibilidades como "conhecer" e "fazer" amigos e manter correspondência virtual pela Internet. Além destes, existem outras agências que prometem a seus clientes sucesso nos negócios e felicidade completa, pois são capazes de encontrar a sua "alma gêmea", promover encontro do parceiro(a) ideal para aqueles que pretendem sair da solidão. Os métodos vão dos mais antigos, como da sabedoria milenar das cartas ciganas, tarot, quiromancia, aos mais modernos e atualizados como mapa astral, búzios, uso de florais, entre outros tantos que se intitulam magos, mestres, pais, mães, babalaôs, médiuns, etc., que apelam para o "ligue já!". Todos utilizam a mesma estratégia de marketing, compatível com a lógica mercadológica na venda de produtos, bens e serviços.

Se a crise de sentido atingiu seu grau máximo na esfera da intimidade e da sua codificação, no âmbito da política parece não ser diferente. Assim, os eleitores defensores do *status quo* e as elites governantes e conservadoras se justificam dizendo que não votam no PT porque o "bigode do Olívio", a "barba do Lula" os incomodam. Na verdade, o bigode, a barba, "o rosto sério" do Olívio, o fato do Lula não ter curso superior ou lhe faltar um dedo da mão esquerda, ou ter si-



bumbum da Carla Perez

do operário, seriam apenas imagens que camuflam, escondem o recalque e o preconceito? Muito pelo contrário. O que os incomoda tanto são os sonhos, os ideais de vida, as utopias, a possibilidade de compartilhar com aqueles que nada têm, o ser solidário e aos projetos de sociedade que o PT prega e defende e os ideais a que ele está vinculado. "Sem medo de ser feliz", viver em uma sociedade mais justa e igualitária sem ser igual.

Os sonhos e os projetos utópicos se tornaram inviáveis, indesejáveis no imaginário destas pessoas que os rejeitam, no nível da consciência, porque foram suprimidas e reprimidas sem os terem vivido através da inculcação de idéias de ameaça e medo que ainda pairam, como almas penadas, no imaginário de muitos, sobretudo daqueles que viveram e foram educados no período do regime militar. Enquanto esses medos não forem resolvidos, sempre retornarão, às vezes de forma branda, outras, em forma de pesadelos cada vez mais densos. Essas expressões que se manifestam na recusa, na negação, na intolerância do "bigode do Olívio", da "barba do Lula"... estão carregadas de sentido. Elas são as marcas, pequenas vias de acesso, aos quais podemos decifrar os códigos sob os quais foram registrados, no inconsciente, o preconceito, os valores morais, dados os mecanismos de se impor ideologia, utilizados pela classe dominante, cujo objetivo é mascarar, reificar a realidade, mantendo o imaginário coletivo hegemônico ao pensamento das elites dominantes, travestidas de idéias modernas como "a mudança somos nós" e liberais como "o mercado regula os preços".

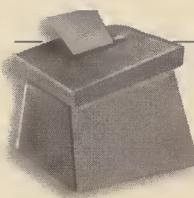
Essas imagens dos homens da esquerda provavelmente estão associadas, no nível inconsciente, com imagens dos comunistas, que no Brasil, durante o pe-

ríodo do regime militar foi profundamente combatido junto com setores de direita. Basta observarmos os retratos de personagens históricos, defensores do comunismo e do socialismo como Karl Marx, Che Guevara, Lenin, Fidel Castro ou então os hippies que usavam cabelos compridos, contestavam as regras da sociedade e queriam construir uma sociedade alternativa.

A estética das variações corporais também codificou a intimidade e o desejo, molhou as fantasias que, no fundo, não fogem do convencional. É como se não pudéssemos conceber ou imaginar policiais militares, sargentos, guardas sem armas, sem fardas e de cabeças quase raspadas. Flor sem perfume. Como se tirássemos os órgãos genitais de uma relação sexual. Os desejos e as formas estéticas estão vinculados a padrões cristalizados e instituídos socialmente.

O bumbum da Carla Perez e o bigode do Olívio são símbolos que configuram a polarização dos ideais e das práticas dos programas partidários da direita e da esquerda. Tomando essas duas imagens, poderíamos dizer que o bumbum representa o plano real daqueles que pleiteiam a reeleição, alicerçados em uma estética aparentemente perfeita, mas que só se mantém porque é constantemente maquiado, retocado pelos técnicos em marketing. Assim, como as fotos de bumbuns produzidas para revistas eróticas masculinas, os excessos e as imperfeições são subtraídas por técnicas de alta precisão gráfica. O mesmo acontece com o plano real. As suas imperfeições são escondidas, ao mesmo tempo em que são reutilizadas pelo próprio marketing da campanha eleitoral com a finalidade do mesmo grupo se manter no poder. É o caso do desemprego, resultado do próprio plano real e da política adotada pelo governo. "Quem venceu a inflação vai vencer o desemprego". Assim como o bumbum, o plano real é uma invenção. Foi imposto como algo que todos tivessem que adorar. Seu traço mais antidemocrático acabou sendo banalizado, esvaziando-se de sentido. No final, não adianta camuflar. O bumbum está ligado fisiologicamente ao intestino e, mais cedo ou mais tarde, todos nós sabemos o que vai acontecer.

Enquanto isso, o bigode do Olívio se localiza no rosto, através do qual expressamos os nossos sentimentos. Como sorrir ao falar de uma realidade tão dura como a dos excluídos, daqueles que estão na miséria e passam fome. O coração sente, mas é no rosto, no olhar que se percebe o sofrimento e a dor das famílias que não têm terra para plantar, que não têm casa para morar, escola para estudar, emprego para trabalhar. É com os olhos que se vêem as lutas coletivas por melhores salários e pela melhoria das condições e da qualidade de vida. É no rosto que se estampa a seriedade e a preocupação com as questões sociais. É no brilho das estrelas que se reflete nos olhos a chama da esperança de quem ainda tem vontade de viver e de amar.



ELEIÇÕES 98

Embate no campo das idéias

Faça o que eu digo mas não faça o que eu faço. Temendo a aplicação desta expressão popular em 4 de outubro, o Adverso foi atrás dos programas de governo dos principais candidatos à Presidência da República e ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul para compará-los e apontar suas diferenças, às vésperas das últimas Eleições Gerais do século. Sem espaço para abordar todas as propostas, o Adverso optou por analisar apenas os documentos editados pelos três principais concorrentes nos temas que afetam diretamente a população. O critério usado foi o tamanho das coligações partidárias que os apóiam e sua posição nas pesquisas.

A lista acabou não fugindo dos nomes mais divulgados pela imprensa: Fernando Henrique Cardoso (PSDB-PFL-PPB-PTB-PSD), Luiz Inácio Lula da Silva (PT-PDT-PSB-PcdoB-PCB) e

Ciro Gomes (PPS-PL-PAN); Antônio Britto (PMDB-PPB-PTB-PFL-PSDB-PL-PSD-PSC-PSL-PRP-PtdoB), Olívio Dutra (PT-PSB-PCdoB-PCB) e Emilia Fernandes (PDT-PST-PMN). Os temas escolhidos, que começam nesta página com uma apresentação sobre as soluções para a crise econômica, foram: educação, saúde, agricultura e reforma agrária, desenvolvimento regional, e emprego e renda. O resultado deste trabalho é um jornal inteiro voltado para informar o (e)leitor e sócio da Associação de Docentes da Ufrgs quais são as idéias dos homens que pretendem comandar os rumos do país e do estado nos próximos quatro anos. Ousadas, revolucionárias, conservadoras, tradicionais ou realistas, as metas das futuras administrações são muito faladas mas pouco lidas. Para não ficar o dito pelo não dito, descubra o que seu candidato tem na cabeça.

O grande dilema das opções econômicas

Como se dizia no passado, o papel aceita qualquer coisa. Na sua versão atualizada, o vídeo aceita qualquer coisa. Desta forma, fica difícil atribuir veracidade às propostas que constam nos programas de governo das forças em disputa no Brasil.

O caso mais evidente, até porque já passou pelo teste da comprovação prática, é o do presidente FHC.

Em relação às metas propostas na sua primeira eleição, pode-se dizer que cumpriu uma: a de manter a estabilidade da moeda que, a julgar pelos índices de inflação, foi um sucesso retumbante.

No restante, ficou muito aquém daquilo que se propôs, inclusive regredindo em relação à situação que encontrou. Na questão do emprego, isto é evidente e na educação, principalmente na educação superior, o sucateamento desta só não é maior porque os professores universitários resistem, mas até quando?

Quanto ao problema central que ora aflige os brasileiros, que é o emprego, existe uma contradição básica, qual seja: como gerar 7,8 milhões de empregos mantendo os pressupostos da política econômica atual.

Por mais que o programa para o próximo governo FHC detalhe ações no sentido de aumentar o nível de emprego, estas não passarão de intenções, se continuar a política de juros altos e corte de gastos. Não adianta treinar trabalhadores, financiar jovens empreendedores, pequenas ou microempresas, se se restringe o mercado pela política monetária e se mantém a abertura indiscriminada da economia.

É evidente que FHC gostaria de baixar os juros, de dispor de recursos para financiar o desenvolvimento, mas a arquitetura básica de seu projeto o impede de fazê-lo. A aposta estratégica de FHC é que no mundo globalizado os fluxos de investimentos se dirigem para os países que, além dos seus atributos naturais (dimensão, mercado, potencial econômico, etc.), se conformam aos interesses dos investidores. Por isso é necessário abrir a economia, não controlar os movimentos do capital e como o horizonte do mercado é em geral e cada vez mais de curto prazo, garantir rentabilidade.

Se tudo funcionasse de acordo com as previsões, ainda assim seria muito difícil obter resultados de curto e médio prazo, isto é, no horizonte de um mandato.

Portanto, se FHC venceu a inflação e se quiser ga-

rantir que ela continue baixa mantendo sua linha estratégica, terá como consequência o aprofundamento do desemprego. Com o comportamento paranóico (na expressão de François Chesnais) do mercado, as exigências sobre os governos dos países emergentes em termos de rendimentos dos capitais (o plus do risco), bem como a aplicação de políticas confiáveis (cortes de gastos com pessoal, manutenção dos serviços públicos e investimentos) tende a acentuar mais ainda o desemprego e a redução dos gastos sociais (que já começaram).

A crise, no entendimento de Chesnais, é geral e não só asiática. Ela traduz a dificuldade das empresas, inclusive as americanas, de vender as mercadorias produzidas e atender as expectativas dos operadores financeiros em termos de rendimentos. Portanto ela veio para ficar por um bom tempo. Apostar na sua passagem rápida é completamente irreal.

O programa Lula comprehende um conjunto de ações no plano do emprego que também necessitam de recursos e que implicam em ações no sentido de recuperar a capacidade de investimento do Estado, além do redirecionamento dos fundos públicos (FAT, FGTS, etc.).

Alguns pontos, como a diminuição da jornada de trabalho (44 para 40 horas semanais) e desestímulos de horas extras, prescindem de recursos adicionais e podem ter impacto sobre o nível de emprego e o próprio redirecionamento dos recursos dos fundos antes referidos para as pequenas empresas teriam seguramente mais impacto sobre o emprego do que os empréstimos do BNDES para compra das empresas estatais.

A questão fiscal é abordada pela ótica de não redução dos gastos do governo mas até de sua ampliação.

Os recursos viriam do aumento dos impostos sobre os ricos, como a regulamentação dos impostos sobre as grandes fortunas e a readequação das alíquotas do imposto de renda, num movimento contrário ao do governo FHC que eliminou a alíquota de 35% para altas rendas, igualando um professor universitário a um industrial como o Dr. Ermírio de Moraes.

Não é questão menor a postura do governo em relação à máquina de arrecadação. Neste particular, o PT tem revelado, e Porto Alegre é um exemplo, uma postura mais rígida com a sonegação, inadimplência e outras práticas que reduzem a arrecadação das di-

ferentes esferas do Estado.

Outro elemento fundamental na resolução da questão fiscal é o nível da taxa de juros que onera as contas públicas.

Parece que depois de alguma excitação, o programa Lula-Brizola se posiciona resolutamente, e isto tem aparecido na propaganda eleitoral, pelo controle do movimento de capitais.

Esta questão é chave para a redução dos juros na medida em que suas taxas são em boa parte resultado da política frenética de atração do capital volátil e isto onera, de sobremodo, as contas do governo que paga juros sobre uma dívida interna de cerca de R\$220 bilhões.

Evidentemente, estas medidas não se darão sem conflitos internos e externos. No entanto, a própria crise tem criado espaço para soluções alternativas, na medida em que cresce a consciência de que, como estão, as coisas não podem ficar. Economistas liberais como Krugman e o presidente do Banco Mundial já se posicionam contra a liberdade plena do movimento de capitais. Em suma, o governo Lula não promete um caminho de flores. Mas, para quem tem certeza que a alternativa oposta é a crise, a miséria e exclusão, por que não ousar?

Outra alternativa que tem algum espaço é a proposta por Ciro Gomes, que apresenta no seu programa várias medidas pontuais interessantes como as voltadas para a agricultura, bolsa-escola e outros, mas deixa a questão fiscal a descoberto na medida em que centra a tributação no consumo, reduzindo o número de tributos para cinco e deixando de lado os ganhos de capital.

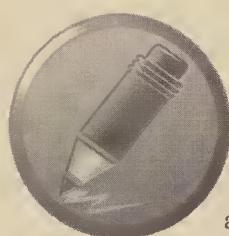
A taxa de câmbio é remetida ao mercado, complementada por medidas que regulem o capital especulativo. Neste quadro de crise aguda parece difícil seu enfrentamento sem mecanismos mais firmes como a centralização do câmbio.

Em suma, nunca foi tão importante considerar os vários aspectos da realidade para definir a opção de voto, ainda mais quando a mídia controlada pelos grandes monopólios influencia de modo desinformado os mais desinformados. Qualquer das opções antecipam dias difíceis. Sem cair na grandiloquência, parece que a escolha se dá entre sucumbir à fatalidade ou ousar o caminho da luta, o que nós, professores, já começamos quando da greve no primeiro semestre.



ELEIÇÕES 98

EDUCAÇÃO



Maior liberdade para acesso à universidade

Como no restante das áreas sociais, as diretrizes para a Educação nos programas de governo dos candidatos a presidente são voltadas para a população menos favorecida e aqueles que estão fora das salas de aula. Segundo a tendência do atual governo, o Ensino Fundamental promete ser bastante valorizado, seja qual for o vencedor do pleito. **Ciro Gomes** propõe que a supervisão do sistema educacional seja gerida em parceria pela União, estados e municípios, o que exigiria um patamar mínimo de investimentos por aluno, para que fossem garantidas vagas para todas as crianças de 7 a 14 anos. Este valor não é especificado. Voltado para a excelência do ensino, o candidato do PPS sugere também que sejam criadas em todo país uma rede de escolas-piloto desde o pré-primário até a pós-graduação, que serviriam de modelo para as demais instituições.

Coligado ao PDT dos Cieps, o candidato petista incluiu em seu programa a implantação progressiva da escola de tempo integral e promete realizar um mutirão para acabar com o analfabetismo adulto. A expansão e fortalecimento da rede de ensino profissionalizante é uma proposta de **Lula** que vai ao encontro da próxima meta de **Fernando Henrique Cardoso** em um possível segundo mandato: o Ensino Médio e Técnico. Diz o programa de FHC, em sua página 83: "essas duas modalidades terão de receber atenção especial, quer pela necessidade gritante de aumentar a oferta de vagas – até mesmo para acompanhar os resultados positivos alcançados no Ensino Fundamental – quer pelas exigências de um mercado de trabalho cada vez mais concorrido e seletivo."

Uma coincidência no programa dos três candidatos é a manutenção de algum tipo de bolsa-escola para incentivar a permanência de crianças nas salas de aula. Enquanto Ciro Gomes promete manter, ampliar e aperfeiçoar a idéia, Lula garante que irá direcionar quatro milhões deste benefício aos filhos de famílias pobres. FHC mantém o discurso de consolidar o conceito de escola de qualidade. Para isso, pretende investir na "formação dos professores e da valorização do magistério", além de manter ações nos segmentos de educação infantil, especial e na erradicação do analfabetismo.

Ensino Superior

O Ensino Superior é um capítulo a parte nos três programas de governo analisados pelo **Adverso**. Seja pela precariedade da estrutura do sistema universitário brasileiro ou pela greve de 104 dias dos professores e funcionários das instituições federais, todas as três coligações se esmeraram em definir propostas para traçar o perfil da educação acadêmica. Neste setor, Lula parece ter linhas mais coincidentes com as reivindicações do movimento docente. Para as universidades públicas, seu programa de governo garante a "efetiva autonomia universitária, com recursos para a pesquisa e a docência e mecanismos sociais de avaliação", ampliação de cursos noturnos e programas especiais para aumentar "o ingresso de estudantes carentes nas universidades públicas".

Ciro Gomes é um pouco mais radical. Diz que irá acabar com o vestibular, substituindo pela "média das notas obtidas nos três últimos anos do curso secundário". Caminhando na mesma linha da nova LDB, o candidato do PPS estimula que "cada universidade deve procurar desenvolver as áreas em que é

mais forte". Segundo a mesma linha, as verbas serão distribuídas com critérios de preferência para as instituições que "levem em conta o número de alunos, a produção acadêmica e a integração com os problemas do meio social em que está inserida cada universidade".

Por outro lado, FHC promete combater a rigidez do sistema universitário brasileiro, proporcionando uma estrutura que possibilite maior fluidez na trans-

ferência entre cursos e faculdades. Em sua página 70, o programa deixa transparecer que um segundo governo do atual presidente irá supervalorizar o reconhecimento oficial dos cursos sequenciais, que possibilitam o "reconhecimento e habilitação profissional em decorrência do cumprimento de parte dos créditos de determinado curso – que facilitem o ingresso dos jovens no mercado de trabalho em condições satisfatórias".

Fabrícia Osanai



Ciro quer acabar com o vestibular e Olívio vai ampliar a Gestão Democrática nas escolas públicas



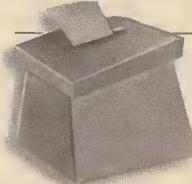
Olívio quer implementar o conceito de Escola Cidadã

Como não poderia deixar de ser, as propostas de **Emilia Fernandes** para o setor passam pela implementação do Ensino de Tempo Integral, com recuperação funcional dos Cieps implantados no governo de Alceu Collares e desativados pedagogicamente na atual administração. Em duas páginas de exposição de metas, o programa da coligação PDT/PST/PMN apresenta-se muito aberto ao diálogo e à valorização dos professores. Com estes, o governo petista promete "dialogar de forma aberta e permanente com os professores, funcionários, estudantes e pais, especialmente por meio de suas instituições" e "garantir a Gestão Democrática das escolas públicas, como a efetiva participação da comunidade escolar". Talvez a proposta mais importante seja a reavaliação do Plano de Carreira do Magistério "imposto pelo atual governo" e a garantia de implantação de um Plano de Carreira para os funcionários de escola.

Olívio Dutra prefere concentrar suas intenções para um futuro governo na implantação de seu programa central: *Escola Cidadã – Aprendizagem para todos*. O projeto prevê a garantia de que "a escola estadual seja realmente pública" com a "radicalização da democracia através da participação dos seus usuários na formulação, gestão e fiscalização das políticas públicas para o setor". Para o PT, a democratização da educação se dá em três dimensões: democratização da gestão, do acesso à escola e do acesso ao conhecimento. O caderno de cinco páginas inclui propostas inovadoras como a ampliação do bem sucedido Movimento de Alfabetização (Mova) em escala estadual e os Conselhos Escolares, que irão definir o investimento de verbas repassadas diretamente às escolas, criação da Constituinte Escolar, que promoverá "um intenso processo participativo" para realizar o 1º Congresso Constituinte, "no qual os pais, alunos, funcionários, professores e governo construirão as di-

retrizes básicas para uma *Escola Cidadã*, com uma proposta pedagógica competente, enraizada na realidade social e que garanta a *aprendizagem para todos*, (sic) superando a evasão e a repetência."

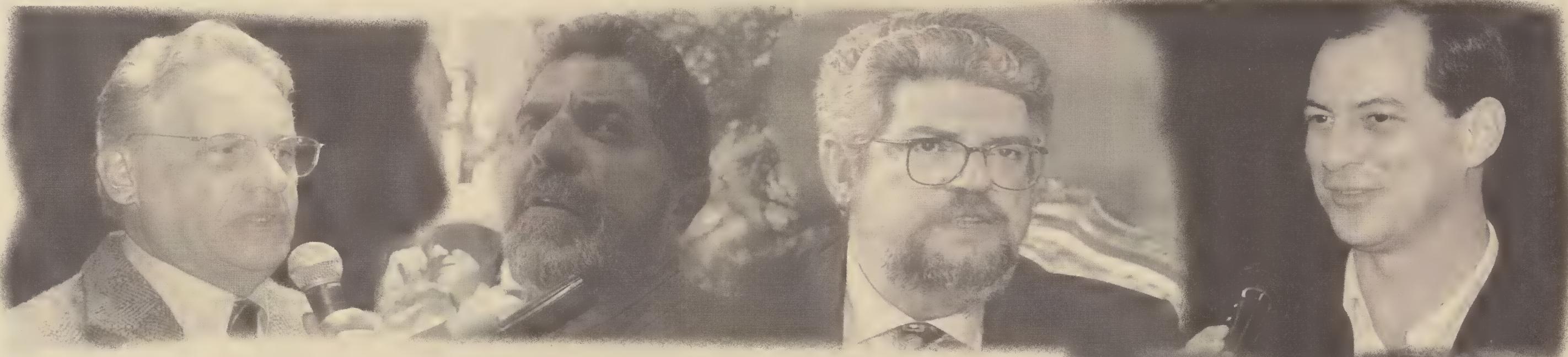
Mais indicativas do que conceituais, as nove metas de **Antônio Britto** para o setor passam por critérios estatísticos. Nada de inovador pode ser encontrado nas oito páginas do documento oficial. Tanto na alfabetização quanto no Ensino Fundamental, a intenção é "assegurar 100% das vagas necessárias a todas as crianças, jovens e adultos do Estado" que ainda não tenham acesso à Educação. Com a ajuda dos municípios, Britto quer reduzir de 6,7% para 3,3% o índice de analfabetismo na faixa de 7 anos. O governador licenciado também promete diminuir de 6% para 3% o índice de evasão escolar sobre o total de matrículas do Ensino Fundamental e de 16% para 8% o índice de reprovação. Tudo nos próximos quatro anos. No Ensino Médio, entre outros índices, a intenção é pretensiosa: elevar o número de vagas de 43% para 75% da população entre 15 e 17 anos, construir nos próximos quatro anos pelo menos 400 novas salas de aula para atender necessidades do Ensino Médio e reduzir taxas de reprovação (16,53% para 11%) e evasão escolar (13,62% para 9%). Nas demais áreas, as propostas mais audaciosas são a criação de 22 Centros Regionais de Educação Profissional, o aumento do contingente de alunos em treinamento (de 34 mil para 106 mil em 2002) e qualificar 80 mil professores em um centro de treinamento que será implantado em Itapuã, Porto Alegre. Britto se aproxima de Olívio nas promessas políticas que visam consolidar a Lei de Gestão Democrática do Ensino Público. Entre elas, destacam-se: a manutenção do sistema de eleições diretas para escolha de diretores, da autonomia financeira das escolas e o fortalecimento dos conselhos escolares.



ELEIÇÕES 98

1ª QUINZENA DE OUTUBRO / 1998

Manipulação eletrônica de Gilmar Fraga sobre fotos de J. C. Rangel, Valmoci Vasconcelos, Roberto Santos, Genaro Jone e Fabrício Osanai (capa e central)



SAÚDE



Candidatos querem tirar o SUS do papel

Neste campo, a proposta mais audaciosa é a de **Ciro Gomes**, que promete inverter duas lógicas perver-sas que norteiam a política de saúde no Brasil. A inten-ção da coligação liderada pelo

PPS é destinar menos recursos para os provedores privados e investir mais nos serviços públicos, além de dar mais atenção à mé-dicina preventiva – com atuação de agentes co-munitários e médicos de família – do que a práticas terapêuticas. Nesta mesma linha, **Lula** quer adotar o programa do médico de família, em con-junto com estados e municípios, "para colocar a saúde perto de casa". A coligação *União do Povo – Muda Brasil* também irá "assegurar a destinação contínua de recursos à saúde para atingir R\$ 250,00 anuais por habitante, conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde" e implantar efetivamente o Sistema Único de Saúde (SUS).

Tanto Lula quanto Ciro Gomes concordam que para implementar qualquer uma destas metas é preciso acabar com uma doença endêmica neste setor: a corrupção. Para o PPS, a moralização do sistema passa pela contratação de auditorias pri-vadas, que seriam remuneradas "com base em um percentual das fraudes demonstradas". Para o PT, as fraudes contra o SUS podem ser combati-das com a descentralização, valorização dos ser-vidores e busca da qualidade no sistema. Cami-nhando pela trilha da excelência, Ciro Gomes propõe também o saneamento dos grandes hos-pitais de emergência, transformando-os em re-férencia para o atendimento gratuito da maior parte da população.

Mais específico do que os outros candidatos, **Fernando Henrique** traçou uma extensa lista de metas e ações para a área da saúde. O eixo central está exposto na página 88 do programa *Um novo estado para uma nova sociedade*: "Saú-de pública – acesso assegurado e humanização do atendimento". Comemorando a vitória da im-plantação do Piso de Atenção Básica (PAB), que passou a destinar recursos para a saúde de acor-do com o número de habitantes de cada munícipio, o texto enumera as ações que ainda precisam ser enfrentadas nos próximos anos. Muito pareci-

dos com o de seus opositores, os objetivos de FHC também passam pelo atendimento básico (Pro-grama de Saúde da Família – PSF), cobertura do quadro epidemiológico, moralidade e controle so-cial das políticas de saúde. No PSF, FHC promete assistir 80 milhões de habitantes em 2002 (hoje o programa atende a 12 milhões de brasileiros).

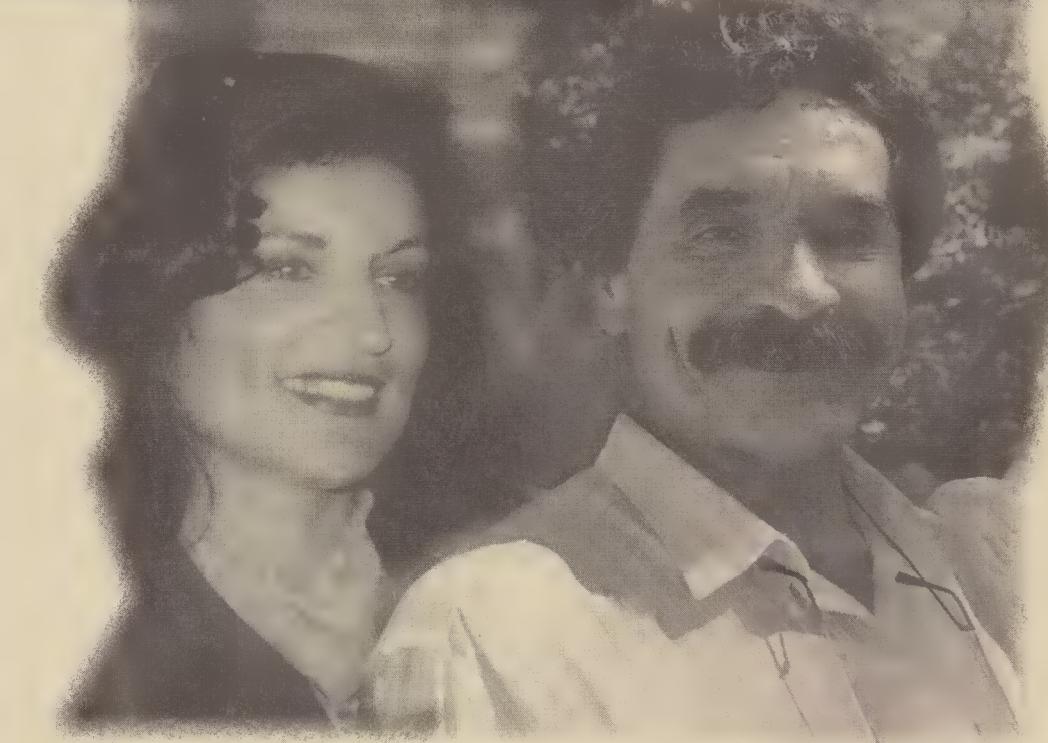
Para chegar a tanto, o governo atual estuda me-didas de financiamento para o SUS. A prin-cipal delas é superar os recursos do Sistema até al-cançar 4% do PIB na próxima década. Até 2002, a

descentralização das ações e serviços de saúde devem atingir 5.507 municípios no PAB (hoje são 4.554) e os 27 estados da federação no sistema es-tadual (apenas um atua desta forma hoje). Alterar o sistema de repasse de recursos para que os municípios recebam diretamente do Fundo Na-cional de Saúde, recuperação de custos na utiliza-ção do sistema público e definição clara dos pa-péis dos setores público e privado também estão entre as prioridades de Fernando Henrique Car-do.

Todo o poder aos municípios com R\$ 400 milhões ao ano

Considerando caótico o quadro da Saúde e atribuindo a decadência dos serviços públicos neste setor aos governos federal e estadual, **Olívio Dutra** repete um eixo fundamental da cam-pagna do PT: a implantação efetiva e o aperfeiçoamento da gestão e operacionalização do Siste-ma Único da Saúde (SUS). Partindo desta visão, o caderno de "Metas para a saúde" do Governo Po-pular assume o compromisso de destinar "no mí-nimo 10% da Receita Tributária Líquida para a área da saúde, o que hoje corresponde a mais de R\$ 400 milhões ao ano". Olívio Dutra se compro-mete também a realizar a "municipalização soli-dária da saúde, fornecendo apoio técnico, finan-ceiro e operacional e participando da constituição de consórcios intermunicípios e regionais da saú-de, que objetivam a solução conjunta dos proble-mas comuns vivenciados nos municípios." O PT também pretende organizar, nas 19 Delegacias Regionais de Saúde e nos municípios-pólo, estru-turas complexas que envolvem as seguintes á-reas: Centros de Especialidades, Centros de Apoio Diagnóstico e Terapêutico e Centrais de Marcação de Consultas, de Leitos Hospitalares e de Exames Especializados.

Ambicioso, **Antônio Britto** quer alcançar "po-sição equivalente à vigente nos países líderes em plano mundial com relação à saúde pública". O programa da coligação *Rio Grande Vencedor* esti-



Questão fundiária está nas propostas de Emilia e Olívio

Ponto sensível do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, a agropecuária em um se-gundo mandato de **Antônio Britto** precisa se ade-quar para enfrentar quatro desafios: aumento da produtividade e reestruturação da lavoura grane-leira, renovação da agricultura de pequena pro-priedade, modernização da bovinocultura e o for-talecimento e expansão do agribusiness. Sem al-cançar estas metas, a aliança que sustenta a can-didatura de Britto não vê possibilidade de o es-tado superar o atraso na concorrência criada pela globalização da economia, os desafios do Merco-sul e a expansão acelerada da produção de grâos em outras regiões do Brasil. Sem fazer referência à questão fundiária, o documento pretende "induzir a disseminação de cultivos de alto valor agre-gado, como é o caso da fruticultura". Apesar dis-so, Britto não enxerga na pequena propriedade a saída para a crise que transformou o celeiro do Brasil em um estado dependente das importações agrícolas. Em vários trechos fica latente o com-promisso com os grandes produtores, seja pela reestruturação da pecuária ou na implantação de lavouras irrigadas de grâos. Dos nove objetivos principais, apenas dois referem-se à produção de

pequeno porte e não existe nenhuma menção à reforma agrária.

Percebida como uma alternativa ao desemprego e abandonada pelos governos federal e es-tadual, a agropecuária para o PDT precisa ter seu papel histórico resgatado. Mas este papel não passa pelo mesmo perfil que a tornou defasada tecnicamente e pouco competitiva produtiva-mente. A coligação representada por **Emilia Fer-nandes** defende a criação de condomínios rurais para promover a modernização do campo a partir das pequenas propriedades rurais, que teriam a pesquisa e a difusão de tecnologias alternativas adaptadas às oportunidades regionais de merca-do, "em especial para a produção de hortifru-itigranjeiros". O programa *Compromissos para mu-dar o Rio Grande do Sul* também inclui a adoção de políticas que podem recuperar a econo-mia do Rio Grande do Sul, estruturada a partir do setor agrícola, **Olívio Dutra** prega a geração de emprego e renda no campo e garantia de "ali-mento abundante, barato e de qualidade à popu-lação urbana". Para isso, o texto defende crédito subsidiado e seguro agrícola que assegure a sobrevivência do setor mesmo em períodos de en-tressafra ou de perdas na lavoura. Qualidade de

vida também é um item importante para um Go-vernamento Democrático Popular. "O campo pode e deve ser, a um só tempo, lugar de trabalho e vida pra-zerosa, onde os homens, as mulheres, os jo-vens, as crianças e idosos trabalhem e vivam com prazer e conforto." Esta é a visão do PT para re-verter o exôdo rural e manter políticas sociais e infra-estrutura que transformem o campo em um local acolhedor e altamente produtivo. Além de cumprir a Constituição estadual nos artigos refe-rentes à destinação de recursos para a concreti-zação da reforma agrária, o programa da Frente Popular promete assentar 10 mil famílias nos quatro anos de governo. Para manter o com-promissso social, a agricultura familiar e o apoio às pequenas agroindústrias terão incentivo especial de um futuro governo de Olívio Dutra. Emergen-cialmente, 200 mil famílias de agricultores em-pobrecidos receberão crédito de investimento subsi-diado. A longo prazo, outras 170 mil famílias também serão beneficiadas pelo mesmo finan-ciamento. O documento ainda assegura a criação do Seguro Agrícola e a constituição de um fundo es-tadual de seguro agrícola para cobrir as indenizações decorrentes de perdas na lavoura.

Propriedade familiar é saída para a crise

Incentivador da reforma agrária concebida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), um governo do PT não dissocia sua política agrícola da questão fundiária. As sete di-retrizes traçadas para a agricultura incluem o as-sentamento de um milhão de famílias (em prazo não definido), reforma agrária e política agrícola regionalizadas e o combate à violência no campo com o fim da impunidade. O governo de **Lula** pro-mete também estimular o aumento da produção e da produtividade em quatro milhões de propriedades familiares e criar cooperativas e 100 mil pequenas e médias agroindústrias. Os pequenos agricultores também serão favorecidos na obtenção de crédito para o plantio, em programas de irrigação e no combate às "importações predató-rias" de produtos agrícolas.

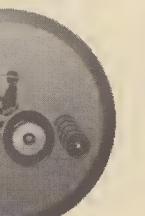
Tentando mostrar sintonia com os anseios do campo, as propostas de **FHC** são uma espécie res-posta planejada à situação atual. No capítulo em que se refere às promessas de investimento e crescimento regional, o programa da coligação li-derada pelo PSDB apresenta propostas que vão ao encontro do que estes setores da economia de-sejam. Para a agricultura, a idéia é aumentar a produção para "consumir e exportar". Na pecuária, que atravessa a crise do século no Brasil por encontrar dificuldades para se reestruturar, o texto aponta "os caminhos da modernização". Uma novidade é o investimento na fruticultura irrigada no Nordeste, que vem se desenvolvendo quase sem apoio governamental.

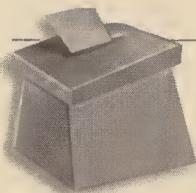
O candidato da situação vai além e faz uma meia culpa sobre a atuação do governo em refor-ma agrária, depois de festejar o "assentamento de famílias em escala nunca vista no país". O docu-mento reconhece que "ainda não foram devidamente equacionados problemas da maior impor-tância como a integração dos assentamentos nas comuni-dades locais, sua desvincula-ção da tutela do Estado e sua efetiva articulação com a economia agrícola, o de-senvolvimento regional e do país".

Assim como Lula, FHC pretende direcionar sua política agrícola para a pequena propriedade. Sua arma para aumentar a produtividade no campo são os Planos de Desenvolvimento Local Integrado. A idéia é criar o novo agricultor famili-ar a partir do trabalhador sem-terra ou apoiar os trabalhadores já assentados a caminhar nessa direção. Com esta teia consolidada, Fernando Henrique quer diversificar o meio rural incorpo-rando novas atividades econômicas como a agroindústria, o turismo, o lazer, o artesanato e a preservação ambiental. "Em resumo, nesse novo mundo rural, a agricultura é fundamental mas não é tudo."

Para **Ciro Gomes**, as soluções para o problema da agricultura estão fora do campo. Estrangula-mento no financiamento, deficiências tecnológi-cas e fragilidades na comercialização são as raízes da crise agrícola. As idéias preliminares do candidato da coligação PPS/PL/PAN passam pela queda dos juros – ancorada no saneamento das contas públicas e na reforma tributária –, fortalecimento do sistema de pesquisa e extensão rural e formação, em conjunto com a iniciativa privada, de estoques reguladores que não apenas abaste-cem o mercado na entressafra mas constituem a base de programas de suplemento alimentar. Eventuais perdas de safras precisam ser previstas pelo governo, que deve subsidiar os prejuízos para que o agricultor continue a plantar.

AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA





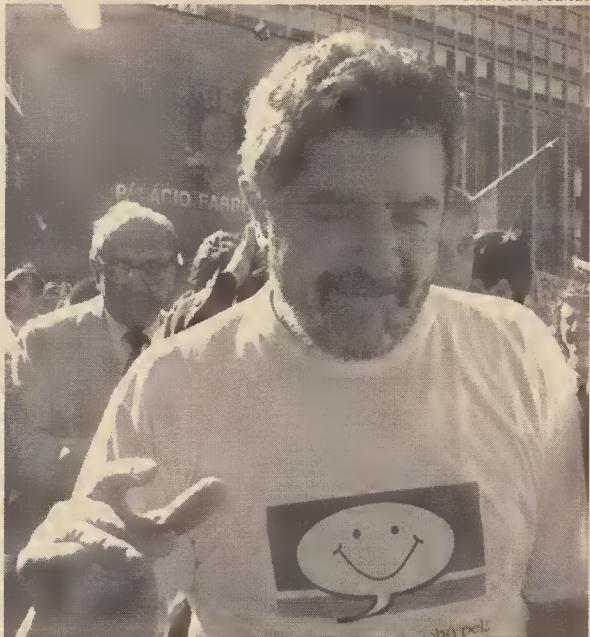
ELEIÇÕES 98

Equilíbrio para reduzir as diferenças



Descentralização, equilíbrio e integração. Com essas premissas básicas, os três candidatos prometem reestruturar as diferenças dentro de um país continental. **Lula** quer levar a experiência bem sucedida do Orçamento Participativo de Porto Alegre para a área federal e estimular a adoção desse projeto.

Fábricia Osanai



Lula diz que adotará o Orçamento Participativo e Britto promete consolidar o complexo industrial metropolitano

to nos estados e demais unidades administrativas, fazendo do município sede da cidadania com as reformas políticas e tributárias. Também fazem partes das diretrizes do PT "a criação de um organismo central para o Desenvolvimento Municipal, que terá a função de planejar e promover as unidades administrativas, realizar políticas de desenvolvimento, racionalizar os recursos e dar apoio aos municípios, integrando as agências que hoje atuam desordenada-

mente".

Ciro Gomes prefere um grandioso projeto nacional de desenvolvimento que valorize e expanda os pólos industriais existentes e, ao mesmo tempo, corrija distorções históricas que "penalizam o Nordeste, o Centro-Oeste e a Região Norte, incluindo a Amazônia". Para esta última, a estratégia do PPS é unir crescimento econômico, progresso social e preservação da natureza". Investindo em infra-estrutura, o candidato imagina dar condições para que a Zona Franca se torne "forte, autônoma e dinâmica" e se desenvolva um setor econômico baseado na "exploração de riquezas tipicamente amazônicas".



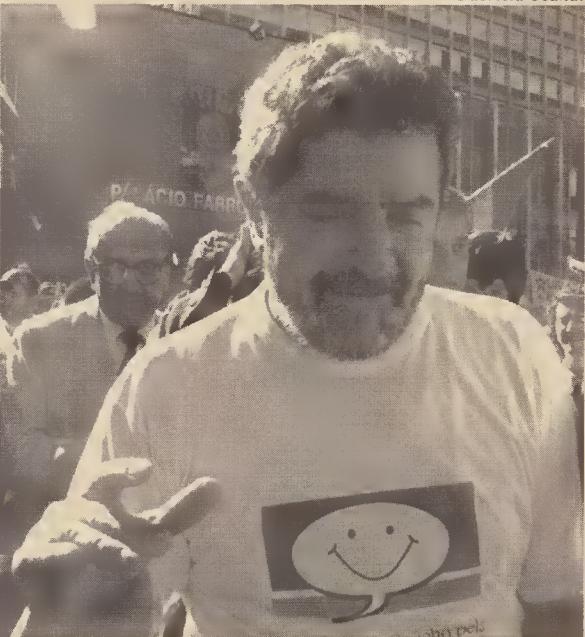
Valmoci Vasconcelos

FHC enxerga o Brasil sem a divisão macrorregional que causou tantas disparidades nas últimas décadas. Dando continuidade ao programa *Brasil em Ação*, as propostas para um novo governo prevêem a definição dos 11 Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento que foram traçados para "privilegiar as articulações relevantes de áreas específicas do território nacional". Tirando o máximo proveito das complementariedades de cada ponto do país, o candidato espera dar dinamismo ao mercado brasileiro, aproveitando ao máximo as riquezas e recursos naturais dos países vizinhos. Tudo isso seria voltado para a perspectiva de inserção das economias regionais nos mercados internacionais.

Em tempos de saques e eleições, os três pretendentes ao Palácio do Planalto são unânimes em afirmar que a solução para o desequilíbrio regional passa pelo combate à seca no Nordeste. Para Ciro Gomes, esta tarefa deve ser permanente, coordenada, planejada com rigor e executada "com honestidade". Ele também pretende criar condomínios de irrigação, alterar a estrutura fundiária para beneficiamento de todos os proprietários, executar mapeamento dos recursos hídricos e qualificação do solo e construção de conjunto de barragens e açudes interligados, além da educação e assistência aos produtores rurais. O grande projeto de Ciro Gomes, entretanto, é a "transposição de águas do São Francisco e do Tocantins, em bases realistas, ambientalmente sustentáveis e politicamente negociado entre todos os estados envolvidos."

FHC chega a dedicar 17 páginas de seu programa de governo para o que os seus elaboradores chamam de "Os novos Nordestes". Mais didáticas, as propostas são parecidas com as de Ciro Gomes e incluem a transposição das águas do rio São Francisco, gerenciamento dos recursos hídricos e o conceito de "fazer a água viajar". Também são diretrizes a criação de 10 pólos de desenvolvimento e a implementação, a partir de 1999, do Proágua/Semi-árido, programa baseado em um acordo assinado com o Banco Mundial em junho de 1997 que liberará US\$ 1 bilhão para a gestão dos recursos hídricos entre União e os estados da região.

Estranhamente, as propostas de Lula para o problema da seca quase inexistem nas 14 páginas das diretrizes do programa de governo disponível na Internet. Sem fazer alusão direta, o texto aborda o tema somente quando propõe "programas de irrigação especialmente voltados para as pequenas e médias propriedades" e a implantação de um Programa Emergencial de Combate à Fome para "responder à situação calamitosa da produção agrícola e da fome que atinge milhões de brasileiros".



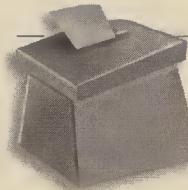
Recuperação da Metade Sul desafia todos os candidatos

Cada um de acordo com sua vocação e necessidade. O programa de governo da candidata **Emilia Fernandes** pretende retomar o crescimento do estado, investindo nas atividades tradicionais como a produção de grãos, pecuária e agroindústria na Metade Sul. As inovações ficam por conta de propostas nem tão novas assim. Por exemplo: implementar agrovilas para a produção de hortigranjeiros junto às cidades do interior, apoiar a diversificação da produção rural e o fortalecimento do municipalismo e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

A principal preocupação do PT também é a região Sul do estado em todos os aspectos econômicos que entraram em decadência, mas com outro enfoque. No caderno dedicado ao tema, **Olívio Dutra** defende o retorno da população em áreas que vêm sofrendo um processo regular de desocupação. Várias metas incluem a atração de empreendimentos ou de habitantes para zonas que estão sendo abandonadas. Assim, existem propostas para "o assentamento de oito mil famílias nas áreas ao Sul do Estado", recuperação das áreas desertificadas, liberação da burocracia para instalação de empresas em áreas de fronteira e Programa de Agroindustrialização para beneficiar dez mil famílias de agricultores da parte Sul. No restante, o programa do candidato da Frente Popular prevê medidas que diversifiquem a produção rural (arroz, pecuária, ovinocultura, frutas e conservas, cebola, fruticultura e vitivinicultura, produção de grãos, piscicultura e reflorestamento). Para o PT, o desenvolvimento regional direciona poucos incentivos para a criação de indústrias de médio e grande

pórt. De acordo com o documento, os recursos disponíveis para crédito serão destinados ao financiamento de pequenas e microempresas, cooperativas e estímulo ao turismo.

Indo na mesma direção dos outros dois candidatos ao Palácio Piratini, **Antônio Britto** admite que os grandes investimentos feitos nos últimos quatro anos no desenvolvimento industrial do estado não serão suficientes para acabar com as desigualdades regionais a curto prazo. Dividindo o Rio Grande do Sul em três macrorregiões (Região Metropolitana, que se estende pelos eixos Porto Alegre-Santa Cruz do Sul e Porto Alegre-Serra, Metade Sul e Norte-Noroeste), as metas do programa de governo do PMDB contêm propostas diferenciadas para cada uma destas áreas. Com exceção da Região Metropolitana, a ênfase na reconversão do setor agrícola das regiões afetadas por uma crise estrutural é uma constante nas propostas de Britto. Na Metade Sul, as metas prevêem pouca diversificação da base agroindustrial e mais fortalecimento dos setores tradicionais, tornando competitivas as sub-regiões de um território que ocupa quase metade do mapa do estado. Para o Norte-Noroeste a idéia é "recuperar a vitalidade econômica" de uma região abatida "pelos dificuldades do setor agropecuário". Em Porto Alegre e suas adjacências – inclusive a região de Caxias do Sul – o objetivo é consolidar o complexo urbano industrial e torná-lo "um dos aglomerados líderes no conjunto do Mercosul". Somente no programa de Britto existe alguma menção ao desenvolvimento da região que envolve a Capital e o centro do estado.



ELEIÇÕES 98



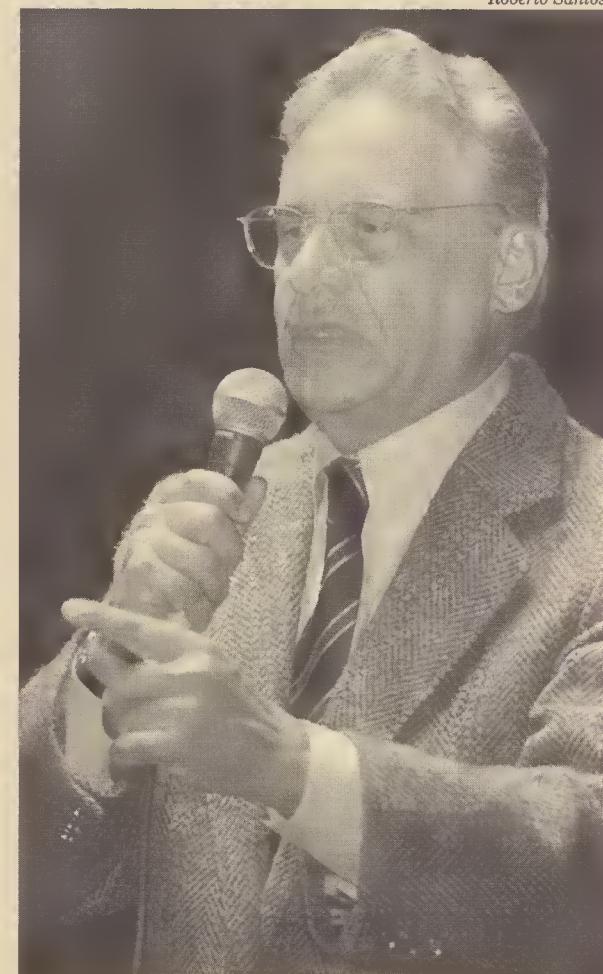
É o prato predileto dos três documentos. Os candidatos não economizam papel para dizer que o desemprego é o mal desse final de século e que será preciso criar medidas urgentes de geração de vagas enquanto a economia do país não volta a crescer de forma regular. Neste aspecto, as propostas de **Lula** são as mais ousadas, uma vez que mexem com a estrutura do mercado de trabalho brasileiro. A União do Povo – Muda Brasil acredita que para absorver 1,5 milhão de pessoas que ingressam anualmente no mercado de trabalho, é preciso crescer um mínimo de 6% ao ano. Como o PIB tem aumentado menos de um terço deste patamar, as idéias mais polêmicas dos partidos da coligação incluem: reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais, assentar um milhão de famílias no campo (gerando três milhões de empregos) e dar crédito público e apoio técnico para a criação de Bancos do Povo e para cooperativas, micros, pequenas e médias empresas. Uma melhor distribuição de renda também passa pela visão de geração de empregos do PT. Entre as diretrizes do partido, estão o compromisso de, pelo menos, dobrar o valor real do salário mínimo (hoje é de R\$ 128,00) e a implantação progressiva do Programa de Renda Mínima. Estas ações visam a criação de 14 milhões de empregos, uma meta que vem sendo considerada irreal por seus adversários.

Mais imediatista e pragmático, **Ciro Gomes** sugere medidas urgentes contra o desemprego. Ao mesmo tempo, seu programa constata que a criação permanente de novas vagas está atrelada à reorganização do Estado, à execução de uma reforma tributária, à elevação do nível de poupança interna e à promoção de um novo ciclo de desenvolvimento. Até que isso venha a ocorrer, a saída do candidato é o investimento em quatro frentes de geração de empregos: construção de moradias populares (conforme o texto, seis milhões de famílias no Brasil não têm onde morar), criação de frentes de trabalho urbanas, incremento da produção rural em propriedades de até 20 hectares e promoção nacional de incentivo ao turismo externo. Prudente, o programa não fala do número de empregos que seriam criados com estas medidas.

Gerar 7,8 milhões de empregos. Este é o desafio a que se propõe **FHC**. Para isso, a fórmula está em programas, vários programas. As idéias da coligação que apóia o atual presidente é estimular desde o Serviço Civil Voluntário até o trabalho para chefes de família desempregados, passando pelo Programa "Meu Primeiro Emprego" e oito outros projetos, incluindo o já existente Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), articulado com o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Para o programa de governo de FHC, o emprego em larga escala só será gerado com a modernização da legislação trabalhista, tema que não é abordado pelos outros dois candidatos. Flexibilidade é a palavra proposta para a atualização das relações entre patrão e empregado, prega o documento. "Pretende-se instituir um sistema democrático que procure a solução das questões trabalhistas pelo caminho do entendimento, com equilíbrio e sem excessos, sejam eles resultado das práticas do mercado ou da intervenção do Estado."



Fabrício Osanai



Roberto Santos

Emilia não acredita nos números de desempregados do governo e FHC planeja abrir 14 milhões de vagas

Britto promete postos gerados pelas indústrias de automóveis

Embalada pelo aparente otimismo gerado pela implantação de três montadoras no estado (GM, Ford e Navistar), a coligação *Rio Grande Vencedor* não poupa promessas quando o assunto é a criação de novas vagas de trabalho nos próximos quatro anos. Pela cartilha assinada por **Antônio Britto**, serão 250 mil postos durante seu segundo mandato. Deste total, 154 mil empregos diretos e indiretos estarão nas mãos da indústria de automóveis e caminhões. Nos demais setores da economia, o programa de governo do PMDB se propõe a criar políticas de formação específica de mão-de-obra, reciclagem de profissionais e inserção de jovens no mercado de trabalho. Outra proposta é a criação de uma agência coordenadora da política de emprego, "destinada a melhorar os serviços de intermediação da oferta e da demanda de mão-de-obra". O documento ainda prevê o incremento, nos próximos quatro anos, de 25% do programa de complementação de renda Piá 2000, que visa manter fora do mercado de trabalho crianças menores de 14 anos.

Emilia Fernandes questiona os números de geração de empregos que aparecem na propaganda do candidato do atual governo. Nas estatísticas do PDT, o desemprego atinge 700 mil gaúchos, dos quais 100 mil perderam seus direitos trabalhistas (desemprego formal). Para estes milhares de excluídos serem reintegrados ao mercado, o PDT acredita na retomada do crescimento do estado, descentralização da produção industrial e "harmonização de investimentos e oportunidades entre as diversas regiões e segmentos produtivos". Outro ponto de criação de vagas é o investimento na agropecuária com fortalecimento da

agroindústria, considerada uma "fonte histórica de geração de empregos". Linhas de crédito, assistência técnica e incentivo tecnológico para as pequenas e microempresas também fazem parte das idéias do programa de governo, que ainda inclui o estímulo à implementação de "políticas de obras públicas no campo da infra-estrutura" para a criação de frentes de trabalho nas áreas de transporte, energia e saneamento.

O PT trata o emprego como uma problemática fundamentalmente urbana e metropolitana em seu programa de governo estadual. No caderno dedicado a este tema, a Frente Popular apresenta propostas que pouco se referem ao interior. A única meta mais clara para resolver o desemprego regional está no investimento de R\$ 42 milhões para a criação de 100 incubadoras de negócios, que abrigarão duas mil novas unidades econômicas e gerarão 15 mil empregos. **Olívio Dutra** tem como foco central de sua estratégia neste campo o desenvolvimento de uma política de indução direta do emprego urbano. Por meio das incubadoras, a intenção é fornecer "apoio integral ao surgimento de microempresas". As pequenas e médias empresas receberão assessoria e qualificação tecnológica para gerarem vagas em novas atividades produtivas "de caráter permanente". Na mesma linha, o governo petista reservará R\$ 54 milhões para destinar créditos de até R\$ 4 mil para extensionistas tecnológicos (professores e estudantes universitários), que visitariam 13,5 mil empresas, solucionando os problemas identificados e tornando-as competitivas para a geração de novos postos de trabalho.

Demétrio Ribeiro / Professor Emérito da Ufrgs

Uma religião do nosso tempo

Com este texto, conclui-se o ensaio sobre o bicentenário de Augusto Comte, iniciado na edição anterior do Adverso

O filósofo Augusto Comte, cujo bicentenário de nascimento comemora-se neste ano, não foi só um filósofo da ciência, o fundador da sociologia, uma inteligência enciclopédica prodigiosa. Inspirado em sentimentos profundos e possuindo uma extraordinária sensibilidade, criou uma doutrina capaz de responder a todas as inquietações do homem moderno.

Para alcançar toda a grandeza de sua doutrina, há que vencer o obstáculo do seu estilo difícil, marcado pelo rigor científico, obsessivamente explícito, que esconde, à primeira vista, a imensa riqueza dos seus sentimentos.

Da solidão cósmica ao amor

O seguinte trecho da *Política Positiva* (I, 506) condensa com extraordinário vigor o núcleo central da doutrina de Comte: "Nada pode, demonstrar, apesar do que se tinha dito a respeito, que o nosso planeta esteja a salvo de choques planetários.

"Assumindo-se assim a apreciação da nossa verdadeira condição astronômica, concebe-se melhor a energia e a dignidade do caráter humano, que deve encontrar em si mesmo o seu principal recurso contra o conjunto das nossas misérias.

"Sem preocuparmo-nos com vãos terrores, tendemos então a afastar mais o excesso de previsão e de presunção que altera nossa verdadeira felicidade, (...) Os afetos benevolentes, de que essa felicidade depende acima de tudo, adquirem assim mais preço do que quando cada um confia em demasia em garantias exteriores."

O reconhecimento lúcido e sem ilusões da nossa vulnerabilidade e da nossa implacável solidão no cosmos inspira a Comte à única resposta possível: a solidariedade entre os homens.

Trata-se, portanto, de uma sabedoria, de uma visão de mundo coerente capaz de servir de base a uma religião científica, isenta de teologia ou de ilusões abstratas.

Essa doutrina explicita-se em toda a imensa obra de Comte como, por exemplo, nos seguintes trechos do *Discurso sobre o Espírito Positivo*: "As nossas indagações positivas devem não apenas reduzir-se essencialmente, em todos os campos, à apreciação sistemática do que é, renunciando a descobrir-lhe a origem primeira e o destino final, como importa também sentir que o estudo dos fenômenos, em vez de poder jamais tornar-se absoluto, deve sempre

permanecer relativo a nossa organização e a nossa situação.

Reconhecendo sob esse duplo aspecto a imperfeição necessária de nossos meios especulativos, vê-se que, longe de podermos estudar completamente alguma existência efetiva, nem podemos garantir a possibilidade de constatar, sequer superficialmente, todas as existências reais de que a maior parte deve, talvez, escapar-nos totalmente."

"...não devemos buscar outra unidade que não seja a do método positivo considerado em seu conjunto sem pretender uma verdadeira unidade científica, aspirando apenas a homogeneidade e a convergência das diferentes doutrinas."

"A objetividade nunca pôde construir uma síntese, fosse qual fosse. Sua impotência para sistematizar é hoje reconhecida, depois de vinte séculos da esforços estéreis: toda síntese deve ser, portanto, subjetiva.

O Homem como centro

Isso conduz a uma idéia-chave do positivismo comteano. "Não se deve então conceber no fundo mais que uma só ciência, a ciência humana, ou mais exatamente social, da qual a nossa existência constitui ao mesmo tempo o princípio e a finalidade, e na qual vem naturalmente se fundir o estudo racional do mundo exterior, a título de elemento necessário, seja como preâmbulo fundamental indispensável, seja quanto ao método e a doutrina".

Construir uma sociedade solidaria

A resposta do homem à sua condição consiste em assumir o desafio de construir uma consciência solidária na sociedade. E isso sem pessimismo, e também sem ilusões: "A subordinação contínua da personalidade à sociabilidade é o mais importante e o mais difícil de todos os progressos compatíveis com o conjunto da ordem natural."

"O principal problema da nossa existência consiste em subordinar o egoísmo ao altruísmo"

Comte permanece fiel à objetividade científica, reconhecendo, por exemplo, que "a ordem natural impedirá sempre a extensão absoluta do regime altruísta. Nossa planeta apresenta uma multidão de seres sensíveis não assimiláveis para os quais a nossa atividade permanecerá destrutiva."

Em compensação, reportando-se à noção fundamental elaborada pela biologia, da subordinação necessária da unidade dos organismos à sua dependência do meio exterior, Comte assume que essa noção confere assim "uma consistência verdadeiramente inabalável à teoria positiva da religião, demonstrando a necessidade geral duma preponderância exterior constante para permitir a unidade humana, mesmo individual"

Todas as manifestações do pensamento de Augusto Comte são coerentes com esses conceitos básicos.

A vitória do amor

Onde mais se revela a profundidade afetiva da doutrina de Augusto Comte é nas suas reflexões a respeito do futuro da humanidade quando o progresso houver assegurado aos homens o atendimento de suas necessidades materiais:

"Numa tal hipótese, o grande problema humano estaria espontaneamente resolvido pela predileção natural que nos inspiraria livremente a síntese altruísta.

Então a nossa inteligência seguiria livremente a sua predileção pelos trabalhos estéticos e a existência social assumiria, tal como a existência pessoal, um caráter essencialmente estético. Os atos se transformariam essencialmente em jogos. Isso desenvolveria satisfações que podemos apenas imaginar. Só o poder das antigas festas comuns como ligação geral entre as diferentes populações gregas pode indicar-nos a natureza de tais associações. O governo, seria, então muito mais espiritual do que temporal. A conclusão geral do exame dessa hipótese, consiste, portanto em reconhecer que a superação contínua das exigências materiais tornaria o tipo humano mais puro e mais nítido, e sua evolução mais livre e mais rápida."

Fabrício Osanai



Existem apenas dois templos positivistas no mundo. Este, fica na av. João Pessoa, em Porto Alegre; o outro, no Rio



Adriana Vargas / Acadêmica de Jornalismo na Ufrgs

"Canadá nos Pampas" aproxima culturas

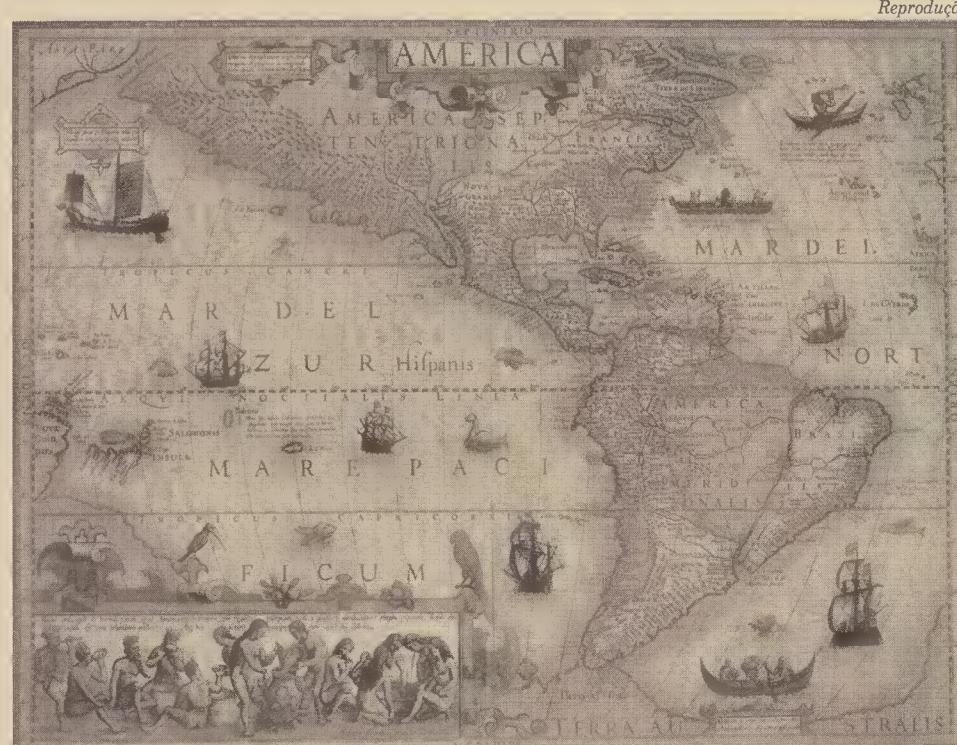
O Québec bem que poderia fazer parte da América Latina! Se pensarmos em termos de nível de vida, que lá é excelente, ou em

preocupações ecológicas, que lá existem, a afirmação inicial pareceria incorreta. Mas em termos culturais... Québec foi uma província colonizada por franceses, tem uma língua latina, uma tradição latina. Ou seja, estão ilhados numa América do Norte de língua inglesa. "A partir dos anos 90, passamos a estudar a literatura do Québec. Uma literatura de língua francesa, mas produzida na América, com os mesmos problemas que a literatura brasileira enfrentou: uma língua do colonizador e uma cultura importada", afirmou a vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos Canadenses (Abecan), Zilá Bernd.

No momento, a Bahia é a sede da Abecan, tendo como presidente a professora Denise Lavallée. Ao Conselho Internacional de Estudos Canadenses, com sede em Ottawa, estão filiados os NEC (Núcleos de Estudos Canadenses), espalhados por todo o Brasil. Na Ufrgs, temos o NEC-RS, criado em 1992.

Buscando uma aproximação entre as culturas brasileira e canadense, realizou-se em Porto Alegre, durante o mês de setembro, o evento "Canadá nos Pampas". O objetivo foi repetir o "Canadá nas Gerais", realizado em Belo Horizonte no ano passado. No dia 14 de setembro, no Salão de Atos II da Ufrgs, o professor Gérard Bouchard, da Université du Québec, falou das possibilidades de comparação na área de ciências humanas entre o Québec e a América Latina. Na Livraria Palmarinka, no dia 15, foram lançados quatro livros sobre a cultura canadense.

Os NEC do Brasil são mostrados em *Estudos canadenses no Brasil e suas articulações no Canadá*. São grupos de professores em instituições como Ufrgs, Uneb, estudando a cultura deste país da Amé-



Reprodução

le aluno, professor ou pesquisador que tem interesse pela cultura do Québec, mas não tem acesso a um livro que abranja todas essas manifestações culturais.

Encontrar pólos e convergências entre as literaturas das três Américas é um dos objetivos de *Escrituras híbridas: estudos em literatura comparada interamericana*. Os estudos centram-se em obras da literatura brasileira, nas convergências entre a literatura brasileira e as literaturas do Québec, da América do Norte – Canadá e Estados Unidos – e da literatura de língua francesa do Caribe. É a reunião de partes deste amplo sistema literário para perceber o que isoladamente não é possível. Para a organizadora, Zilá Bernd, pretende-se comprovar a máxima segundo a qual "O todo é maior do que a soma de suas partes".

Terceira antologia de uma coleção, *Ficções do Canadá contemporâneo*:

contos escolhidos, é uma coletânea de textos do Canadá inglês, a maioria deles escritos nas últimas duas décadas. *Vozes do Québec e Canadá, imagens de um país* completam a coleção. Como traduzir livros é um projeto muito grande e oneroso, as organizadoras optaram pela tradução de contos. "Podemos mostrar mais autores. Se a pessoa gostar de um determinado autor, pode comprar um romance, em inglês ou tradução", afirma Eloína. Como dizem as organizadoras, o cardápio é variado e praticamente inesgotável. No conto *Será que os astronautas têm fantasias sexuais?*, de David Arnason, por exemplo, temos uma sequência de perguntas perturbadoras: Será que existe algum tipo de "apoio logístico" criado para masturbação durante longas missões? Será que a língua francesa está realmente em perigo? Será que as palavras inglesas são como vírus, arrastando-se para dentro do francês e corrompendo sentenças inteiras? Outro conto, *O Boneco*, de Susan Swan, é uma paródia sobre a sexualidade em tempos de alta tecnologia.

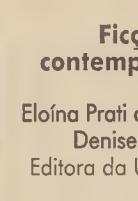
ORELHA

Estudos canadenses no Brasil e suas articulações no Canadá
Denise Lavallée (Universidade do Estado da Bahia-Uneb), org. Editora da Uneb, 206 pp., R\$ 15,00.

Escrituras híbridas: estudos em literatura comparada interamericana
Zilá Bernd (Ufrgs), org. Editora da Universidade, 276 pp., R\$ 23,00.



L'Amérique Française: introduction à la culture québécoise
Nubia Hanciu (Fundação Universidade de Rio Grande-Furg), Alain Bélanger e Sylvie Dion (professores visitantes na Furg), org. Editora da Furg, 366 pp. R\$ 25,00



Ficções do Canadá contemporâneo: contos escolhidos.
Eloína Prati dos Santos (Ufrgs) e Denise Almeida Silva, org. Editora da Universidade/Ufrgs, 190 pp. R\$ 16,00

WWW

Vestibular on line

- www.ufrgs.br Informações e inscrições on line para vestibular da Ufrgs
- www.sbpc.org.br Ciência Hoje Página da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

AD NAUSEAM

Malam, o ministro de soluções...



HEMEROTECA

Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Folha de São Paulo

Fabrício Osanai



Mendonça: taxa oficial do desemprego não é real

Miriam Gusmão

Adverso – O senhor disse que o governo rejeita encarar o real desemprego? Os interesses eleitorais estão se sobrepondo à definição de políticas públicas no país?

Sérgio Mendonça – O enfrentamento do problema do desemprego no Brasil está contaminado pelo debate político. Há quem diga que a PED é a pesquisa das oposições, o que não é verdade. As parcerias do Dieese nas oito regiões metropolitanas em que a pesquisa existe (Distrito Federal, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Belém e Salvador) vão desde o PT até o PFL. Desenvolvemos, ao longo de todos esses anos, desde a recessão dos anos 80, uma metodologia da maior relevância, porque leva em conta as recomendações dos organismos internacionais, como a OIT (Organização Internacional do Trabalho), mas também faz a adequação à realidade brasileira, oferecendo informações detalhadas sobre a dinâmica do nosso mercado de trabalho. A PED é um importante indicador para subsidiar a formulação de políticas públicas.

Adverso – A aversão atual do governo à PED não contraria a própria gênese dessa pesquisa, tendo em vista que vários integrantes da atual administração estiveram presentes na sua origem?

Mendonça – De fato muitas pessoas ilustres participaram do nascimento da PED, entre 1981 e 1983, juntamente com os técnicos do Dieese. Por exemplo, o atual ministro da Educação, Paulo Renato, voltava do exílio, naquela época, e era um especialista nessa área. Ele trouxe uma experiência do PRE-ALC (Programa Regional de Emprego da América Latina e do Caribe, da OIT). A PED começou em São Paulo com apoio do então governador eleito, Franco Montoro, em 82. E o secretário do Planejamento, responsável pela Fundação Seade, órgão de estatística do governo paulista e nossa parceira nessa região metropolitana, era o atual ministro da Saúde, José Serra. Também pode-se mencionar o ex-diretor do Dieese Walter Barelli, ministro do Trabalho no Governo Itamar Franco. Depois de São Paulo, outros estados interessaram-se pela parceria. O Rio Grande do Sul, em 1991. As atuais negociações, iniciadas com o governo há três anos, buscavam um núcleo metodológico comum entre a PED e a pesquisa do IBGE, mas preservando a autonomia das partes. A convergência metodológica ficou inviabilizada desde que o governo deixou de aceitar que continuemos a calcular, além dos indicadores básicos, os nossos indicadores complementares.

Adverso – Quando começaram as restrições do atual ministro do Trabalho?

A nova estratégia do governo federal para esconder o nível de desemprego no país é desconsiderar a metodologia de cálculo desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). Desde o início do Governo FHC, estabeleceu-se um acordo de unificação das metodologias da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Dieese e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O acordo previa que a PED continuasse mostrando seus dados diferenciados, não incluídos na metodologia comum. Agora, o desemprego agravou-se, ficou mais evidente a

diferença das taxas apuradas pelo Dieese (em média, o dobro do que é calculado pelo governo) e o Ministério do Trabalho encarou como um problema a existência desses dados, incompatíveis com os números oficiais. O governo passou a criticar a PED e a credenciar unicamente os números do IBGE. No último dia 22, lideranças sindicais de todo o Estado reuniram-se com técnicos do Dieese, na Sociedade de Economia, em Porto Alegre, para discutir a questão e decidiram deflagrar uma mobilização nacional em defesa da PED. Adverso conversou com o palestrante do encontro, o economista Sérgio Mendonça, diretor-técnico do Dieese nacional.

O desemprego maquiado

Mendonça – Foi em agosto, quando a diretoria executiva do Dieese esteve no Rio de Janeiro, em encontro com o ministro. Ele disse que não poderia concordar que parceiros seus, que no caso seriam o Dieese e a Fundação Seade, continuassem calculando indicadores que contestem os números oficiais. Nós não podemos aceitar, porque seria um veto ao acúmulo histórico, metodológico, que a pesquisa tem. A diretoria do Dieese acaba de escrever uma carta ao ministro, lembrando o termo de compromisso assinado em maio de 97, que garantia a liberdade para as entidades.

Adverso – O governo não quer ver todo o desemprego que existe no país?

Mendonça – Eu acho que tem segmentos dentro do governo que preferem ter uma visão mais restrita do desemprego, ou seja, falando um português claro, medir só um pedaço do problema.

Adverso – Quais são as diferenças metodológicas básicas entre as duas pesquisas, que resultam em taxas de desemprego tão diferenciadas?

Mendonça – A nossa forma de medir o desemprego é mais ampla. Nós consideramos como período de procura atual por trabalho os 30 dias anteriores à data da entrevista, enquanto que o governo considera sete dias. O período que consideramos permite englobar as pausas individuais na procura, devido à doença, falta de recursos ou espera de algum resultado. Também nosso conceito de desemprego oculto é um avanço metodológico, pois leva em conta duas situações de desemprego que a pesquisa do governo não registra. Uma delas é a que chamamos de "desemprego oculto pelo trabalho precário": é o caso da pessoa que faz um "bico" enquanto não encontra um trabalho regular. A outra situação é o "desemprego oculto pelo desalento", referente a quem passou meses procurando uma vaga e, na época da pesquisa, suspendeu momentaneamente a busca por não ver qualquer perspectiva imediata.

Adverso – O senhor pode mencionar as diferenças atuais de índices entre a PED e a pesquisa do IBGE?

Mendonça – No geral, o desemprego é o dobro, e até um pouco mais do que o dobro, do que a taxa oficial. Em São Paulo, o oficial é 9,5% e a da PED é 19%. Na região metropolitana de Porto Alegre, a taxa oficial é em torno de 7,5% e a nossa é de 15,5%. Em Recife, enquanto a taxa oficial está na casa dos 9%, a nossa chega a 21%. E em Salvador, a oficial é da ordem de 10% e a nossa de 24%.

Adverso – A metodologia utilizada pelo IBGE, que o senhor não questiona tecnicamente, simplesmente copia as europeias?

Mendonça – O IBGE utiliza as recomendações internacionais da OIT num sentido mais restrito. Isso

limita a capacidade de captar características de mercado de trabalho como as do Brasil. Essa referência internacional vem muito influenciada pela visão dos países desenvolvidos. Mas a OIT não coloca uma camisa de força. Ela considera importante haver indicadores de comparabilidade internacional, mas também que os países possam medir a sua realidade, fazendo uma combinação das duas coisas.

Adverso – O senhor está prevendo um agravamento do desemprego no Brasil, nos próximos meses, e a permanência de um quadro problemático por mais dez anos. Não há saída?

Mendonça – Veja, o aumento da taxa de juros, como o governo acabou de fazer, reflete na economia em aumento de desemprego. Já aconteceu no final do ano passado e, infelizmente, aconteceu agora de novo. Só que leva um tempo, dois ou três meses. Então, é provável que o impacto dessas recentes medidas, que atingiram uma economia já mal das pernas, vá se refletir em novembro ou dezembro. E, em geral, a situação de final de ano pode ser atenuada, segura, jogando o problema para o início de 99.

Adverso – Há quem afirme que os reflexos da crise internacional seriam inevitáveis no país. E há quem assegure que o governo brasileiro poderia ter minimizado os efeitos. Como o senhor vê essa questão?

Mendonça – O governo, em 94, no Plano Real, fez uma aposta de alto risco, que fracassou. Era de que nós iríamos conviver durante alguns anos com o desequilíbrio externo entre importações e exportações e pagamentos de dólares em geral. Ele apostava que havia uma liquidez em nível internacional, que viria para o Brasil. Assim, durante algum tempo, haveria o financiamento desses capitais. Nesse período, a economia brasileira iria se adaptar para, mais adiante, conseguir exportar mais e importar menos. No começo dessa aposta, em 95, o Brasil sofreu o tranco do México. Dois anos depois, o tranco da Ásia em crise. Assim, foi havendo problemas nas taxas de juros internas e desaquecimento de nossa economia. O governo não mexeu essencialmente em nada e agora veio este tranco, envolvendo a Rússia e o próprio Brasil. E acabou a liquidez internacional; não vai ter mais dinheiro vindo para países que oferecem confiabilidade, do ponto de vista dos investidores. Com o fracasso da aposta essencial do Plano Real, temos que andar com as nossas pernas e, na atual situação, significa ajustar a economia com recessão. O erro do governo foi o de continuar apostando no mesmo modelo, apesar das crises. Há, portanto, uma crise internacional, mas os efeitos não são generalizados. Os Estados Unidos não estão sofrendo nada e a Europa tenta se proteger. Países como o Brasil, que deixaram suas economias vulneráveis, é que são "a bola da vez".